

# Inclusão social

As novas ondas de expansão mundializada das tecnologias de informação e comunicação – micro-computação, Internet, hipermídia – geram em suas *démarches* movimentos desiguais e assimétricos. Se, como grandes sistemas e equipamentos tecnológicos, estendem suas redes em toda a extensão geográfica e abrangem todas as esferas decisivas da atividade econômica, social, científica e governamental, suas potencialidades de aplicação e uso são desigualmente distribuídas entre diferentes atores e setores sociais, línguas, culturas, áreas do conhecimento, domínios de atividade.

Ao mesmo tempo em que as formas globalizadas de ação demandam a interseção e entrecruzamento de fronteiras – de países, regiões, saberes, culturas, linguagens – e os meios digitais oferecem uma disponibilidade em princípio ilimitada de translação tecnológica, a maioria das pessoas não tem acesso aos recursos, habilidades e competências específicas para lidar com as transformações que perpassam seus mundos da vida e do trabalho. Existe assim a demanda de interiorizar essa *démarche* externa e midiática das tecnologias de informação e comunicação na sociedade e na cultura local, provendo, por ações intencionais e universalizadoras, a acessibilidade e a apropriação das tecnologias e linguagens digitais que efetivem o direito à autonomia tecnológica e informacional como condição de cidadania.

As metas de desenvolvimento sustentável requerem uma reformulação das relações entre as políticas simbólicas e as políticas econômicas. Ao mesmo tempo em que saberes tradicionais e competências locais ficam fora das redes sociotécnicas, empobrecendo sua diversidade cultural, a exclusão das grandes populações limita a eficácia e o alcance dessas redes.

O contrato de inclusão progressista e igualitária da sociedade moderna, que se efetiva parcialmente com procedimentos de participação regulada das maiorias nos recursos econômicos e culturais – envolvendo assim a educação básica universal e a reformulação de universidades, bibliotecas, museus e arquivos

como espaços públicos –, não se completou com os meios de comunicação. Será preciso agora articular os procedimentos interativos das primeiras agências de inclusão com as potencialidades comunicativas e procedimentais das tecnologias genéricas de comunicação e informação, não só para ampliar em extensão seus potenciais de inclusão, mas também para uma reformulação reflexiva de funções e metodologias dos atores e atividades envolvidos no processo.

Em todos os domínios da ação social – educação, cuidados e saúde, trabalho, lazer e criatividade –, são requeridas agendas atualizadas que harmonizem as políticas simbólicas e as econômicas. Ao mesmo tempo, os atores sociais, em suas mais diversas condições e qualidades, possuem os conteúdos de saber e de experiência sem os quais as redes são as ruas despovoadas de uma cidade a construir.

Estamos assim em um impasse, em nossos países, que requer um duplo aprendizado acerca do transitar e daquilo que há de transitar nas redes. Uma parte significativa dos processos de inclusão social passaria assim não só pela inclusão digital, mas também por uma revisão ético-política das metas científico-tecnológicas do desenvolvimento sustentável no contexto da democracia.

Como diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), não poderia furtar-me em participar dessa sinergia e coloco à disposição da sociedade o número de lançamento da revista semestral *Inclusão Social*.

A revista está subdividida em duas seções. Na primeira, Programas de Governo, são apresentadas as ações, programas e projetos em nível governamental. Na seção 2, Artigos, são arrolados os trabalhos em nível técnico-científico, sob a abordagem temática da revista.

Emir José Suaiden  
Diretor do Ibict